



Lula: ‘Trump está mal-informado, o que o fez tomar decisões erradas contra o Brasil’

‘Pintou química mesmo’, diz Lula sobre encontro com Trump

Na ONU, líderes indicam conversa diplomática na próxima semana

Por Karoline Cavalcante

Durante entrevista coletiva concedida em Nova York, nesta quarta-feira (24), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) confirmou a intenção de se reunir com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Republicano). A declaração ocorre um dia após o chefe da Casa Branca elogiar o petista em seu discurso na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e dizer que ambos devem se encontrar “na próxima semana”.

A possibilidade de um encontro entre os dois líderes — que há poucos meses parecia improvável — ganhou contornos mais concretos após uma breve interação entre eles nos bastidores da ONU. Segundo ele, foi uma satisfação encontrar o presidente norte-americano, mesmo que por alguns segundos. “Estendi a mão, cumprimentei, e disse que temos muito a conversar”, afirmou Lula, acrescentando que o gesto representa a disposição de retomar um diálogo entre as nações sem restrições.

Encontro

O chefe do Palácio do Planalto minimizou a possibilidade de constrangimentos durante o eventual encontro, reforçando que ambos são “dois homens de 80 anos” e que espera uma con-

versa “civilizada e respeitosa”. “Eu vou tratá-lo com o respeito que merece o presidente dos Estados Unidos, e ele certamente vai me tratar com o respeito que merece o presidente da República Federativa do Brasil”, disse.

Um dos pontos de destaque do discurso de Trump na ONU foi a afirmação de que teve uma “química excelente” com Lula. O comentário foi repetido com entusiasmo pelo líder brasileiro, que disse acreditar no poder das relações pessoais na diplomacia. “Fiquei feliz quando ele disse que pintou uma química boa entre nós. Eu acho que a relação humana é 80% química e 20% emoção. Torço para que dê certo”, declarou o petista.

Embora Lula tenha afirmado que não há temas vetados nessa possível conversa, explicou que um dos principais assuntos que o governo brasileiro pretende levar à mesa é a exploração de minerais estratégicos, como as chamadas “terras raras”. No entanto, deixou claro que o Brasil está aberto à cooperação internacional, mas não aceita permanecer como mero fornecedor de matéria-prima. Ainda não se sabe se o encontro será presencial ou por telefone.

‘Decisões erradas’

Em menção às diversas sanções aplicadas pelo republicano ao Brasil, Lula disse acreditar que Trump está “mal-informado”, o

que fez ele tomar “decisões erradas”. A fala surge em meio a uma crescente tensão entre os dois países. Na segunda-feira (22), a Casa Branca determinou que a Lei Magnitsky, criada para punir violações graves de direitos humanos e casos relevantes de corrupção — e que já atinge o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes desde julho — fosse aplicada também à esposa do magistrado, Viviane Barci de Moraes, e ao instituto Lex, vinculado à família Moraes. Na data, Washington também revogou o visto de mais sete autoridades brasileiras.

Desde o início de agosto, Trump aplicou uma tarifa de 50% sobre diversos produtos brasileiros. Entre as justificativas apresentadas, está o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) — atualmente em prisão domiciliar, enquanto aguarda o período de apelação de sua condenação a 27 anos e três meses de prisão — e outros sete membros do “Núcleo Crucial” da denúncia, que articulavam uma tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022. Além disso, a imposição de restrições a plataformas de mídia social sediadas nos EUA que não cumpriram as leis locais também foi utilizada como embasamento.

Brasil

Para o vice-presidente brasileiro e ministro do De-

senvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), a relação amistosa entre os chefes de Estado pode abrir caminho para resolver a mais grave crise comercial entre Brasil e Estados Unidos em décadas. Segundo ele, a aproximação entre os dois é um sinal positivo em meio ao impasse criado pelo novo pacote tarifário.

No mesmo dia, o Senado Federal realizou uma audiência pública para debater os impactos das sobretaxas e os desdobramentos da investigação aberta pelos Estados Unidos contra o Brasil sob a Seção 301 — mecanismo que permite sanções unilaterais com base em alegações de práticas comerciais desleais.

Zelensky

Enquanto as discussões comerciais avançam, Lula se reuniu presencialmente com o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky (Servo do Povo), à margem da ONU. Durante o encontro, o líder brasileiro reiterou sua posição contrária a uma solução militar para a guerra e defendeu a criação de um grupo de países neutros para mediar o conflito — o chamado “Amigos da Paz”. Zelensky agradeceu os esforços diplomáticos brasileiros e compartilhou atualizações sobre o conflito no leste europeu.

MP que amplia atendimento especializado no SUS é aprovada

Com 64 votos favoráveis e nenhum contrário, os senadores aprovaram nesta quarta-feira (24) a Medida Provisória (MP) 1301/25, que cria o Programa Agora Tem Especialistas. O texto já havia sido votado antes na Câmara dos Deputados e teria que ser votado no Senado até a sexta-feira (26), caso contrário a MP perderia a validade.

O texto segue agora para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Anunciado em julho, o programa visa ampliar o número de médicos especialistas nas regiões mais necessitadas desses profissionais e reduzir o tempo de espera no atendimento especializado no Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da oferta de prestadores privados em troca de redução em tributos federais.

A renúncia fiscal estimada será de R\$ 2 bilhões ao ano a partir de 2026. Embora os procedimentos possam ser realizados já a partir deste ano, as deduções do imposto a pagar ou em débito



Programa amplia número de médicos especialistas

começam em 2026.

Pelo texto, o Agora Tem Especialistas funcionará até 31 de dezembro de 2030. No total, o programa oferecerá 1.778 vagas com 635 para início imediato. As atividades começarão em 15 de setembro.

A princípio, são 239 vagas para profissionais que já tem al-

gum tipo de especialidade para a Região Nordeste, 146, para a Região Norte; 168, no Sudeste; e 37, no Sul. Além disso, serão ofertadas 1.143 vagas para cadastro de reserva.

A preocupação com a distribuição de médicos especialistas no país motivou o governo a criar o programa.

Dados do Ministério da Saúde mostram que a maior parte dos especialistas se concentra em apenas três unidades da Federação: Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo.

Em todo o país, são 244.141 médicos generalistas (40,9%), enquanto os especialistas chegam a 353.287 (59,1%), mas sem atuarem em regiões mais distantes e ainda se concentram majoritariamente na iniciativa privada.

Segundo as regras, os especialistas contratados atuarão em unidades como policlínicas, laboratórios especializados, entre outros. Além disso, eles disponibilizarão quatro horas de atividades educacionais, que podem ser por mentorias ou imersões remotas ou presenciais.

A proposta também permite que os atendimentos especializados poderão ser executados, total ou parcialmente, por telemedicina.

Por Luciano Nascimento (Agência Brasil)

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Campanha por anistia ampla, geral e irrestrita

Anistia concedida em 1979 não foi irrestrita

Referência na discussão sobre anistia a condenados e acusados por tentativa de golpe, medida semelhante, concedida em agosto de 1979, não foi ampla, geral e irrestrita. De iniciativa do Poder Executivo e aprovada pelo Congresso, a lei assinada pelo presidente João Baptista Figueiredo deixou de fora cerca de 60 presos, condenados por “crimes de terroris-

mo, assalto, seqüestro e atentado pessoal”. Em compensação, ao anistiar os chamados crimes conexos, livrou torturadores, assassinos e sequestradores que atuaram a serviço da ditadura. Os presos políticos não beneficiados acabaram sendo libertados nos meses seguintes graças a indultos presidenciais ou a revisões de processos por tribunais militares.

Por pouco

Na longa sessão do Congresso que examinou o projeto, o MDB — partido de oposição consentido pelo regime — tentou ampliar a anistia para torná-la irrestrita. A proposta acabou derrotada por uma diferença de cinco votos: 206 deputados foram contra; 201 a favor.

Pesos diferentes

Ao longo de toda a discussão da anistia, militares diziam que não aceitariam perdão para o que classificavam de “crimes de sangue”. Mas a exclusão valia apenas para os atribuídos a grupo de esquerda, os responsáveis pelos crimes da ditadura acabariam anistiados.



Presidente Figueiredo assina projeto de anistia

Lei barrou condenados, mas beneficiou acusados

A solução foi impedir a anistia para os condenados pelos quatro crimes. A fórmula permitiu que fossem beneficiados aqueles presos pelos mesmos delitos e que ainda aguardavam julgamento. Para tentar a ampliação da anistia, presos políticos chegaram a fazer uma greve de fome que, no Rio, durou 32 dias.

O então deputado Miro Teixeira, do MDB, ressaltava que setores radicais da oposição chegaram a propor a rejeição do projeto. A proposta seria aprovada graças a um acordo. Houve apenas votação simbólica, feita pelos líderes dos dois partidos: dona da maior bancada, a governista Arena foi favorável; o MDB, contra.

Paisana

A sessão conjunta durou oito horas e quarenta minutos. Logo no início dos trabalhos, a oposição protestou contra a presença, nas galerias, de homens que, apesar dos trajes civis, aparentavam ser militares — tinham cabelo cortado à maneira usada nos quartéis.

Exilados

Sancionada por Figueiredo seis dias depois de sua aprovação, a lei permitiu a libertação de presos e a volta de cerca de cinco mil brasileiros que, perseguidos, viviam em outros países. Mesmo anistiados, setores favoráveis à ditadura continuaram a promover atentados.

Atentados

Entre 1979 e 1980 houve 30 explosões em bancas de jornais. Os terroristas queriam impedir a venda de jornais alternativos, publicados por grupos de esquerda. Em 1981, dois militares tentaram explodir duas bombas no Rio-centro — um morreu, o outro foi promovido.

Risco

Favorável a uma anistia ampla, o senador Carlos Portinho (PL-RJ) afirma que não cabe ao Congresso, mas ao Judiciário discutir a dosimetria de penas. Para ele, esse seria o “pior precedente que poderia ocorrer”. “Isso seria um perigo para o futuro”, completa.